



FRENTE DA SAÚDE MENTAL

BOLETIM Nº 16 - NOVEMBRO/2024

Em novembro, o deputado Clodoaldo Magalhães (PV/PE) apresentou um projeto de lei que propõe a obrigatoriedade de práticas de promoção de saúde mental e prevenção de transtornos psicológicos no ambiente de trabalho. O deputado Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ) apresentou um requerimento para a realização do “Seminário: Os impactos da escala na 6/1 na saúde mental dos trabalhadores”. FPSM participou do 9º Congresso da Abrasme e da Sessão Especial “Saúde Mental no Brasil”. Na coluna “Diálogos FPSM”, a deputada Jack Rocha (PT/ES) fala sobre a importância da promoção da saúde mental para a luta antirracista.

Pela saúde mental da população negra, queremos o fim da escala 6x1

Pela primeira vez na história do país, o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado anualmente em 20 de novembro, foi feriado nacional. Esse dia começou a ser pensado em 1971, quando o Grupo Palmares promoveu um ato em Porto Alegre para valorizar a resistência negra. A partir daí, começaram a surgir manifestações em todo o país dando apoio à iniciativa e lembrando figuras negras históricas. A proposta ganhou fôlego em 1978, quando foi assumida pelo Movimento Negro Unificado (MNU). A partir de então, a data se tornou um marco da luta e combate ao racismo. Esse ano, o mês de novembro ficou marcado não apenas pela declaração de feriado nesta data, mas por um debate de extrema relevância que tomou conta do país e que se conecta diretamente com o histórico dessas lutas: o fim da escala 6x1 de trabalho.

É impossível desconsiderar a relação direta entre uma jornada de trabalho que garante apenas um dia de descanso por semana e os resquícios de uma sociedade escravocrata. A exploração da população negra tem sido a base da economia brasileira ao longo dos séculos, alicerçada em um sistema de trabalho que perpetua desigualdades e adoce os trabalhadores submetidos a ele. Alguns estudos^{1,2} evidenciam que a população negra é a **mais afetada** por essa escala 6x1, pois predominantemente é o segmento que vem ocupando historicamente esses postos de trabalho de baixa remuneração e alta exaustão física e mental. Os **relatos** de mulheres negras que trabalham ou trabalharam nesse regime comprovam os impactos na saúde e na vida pessoal. A jornada 6x1 não se apresenta apenas como uma escala de trabalho; ela consiste na expressão de um sistema que aprofunda injustiças e compromete a saúde de milhões de brasileiros, especialmente a da população negra.

1- DIEESE. As dificuldades da população negra no mercado de trabalho. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2024.

2 - SANTOS, Rony; CAMPOS, Gisele. Os impactos dos racismos nas ocupações da população negra. Saúde e Sociedade, v. 32, n. 1, e220754pt, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/8hQbLKzCx54dBDbcWDx5T3F/>. Acesso em: 27 nov. 2024.



A jornada 6x1 é a expressão de um sistema injusto que compromete a saúde de milhões de brasileiros, especialmente a da população negra. Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

Desde a sua criação, a FPSM estabeleceu como uma de suas prioridades a promoção da saúde mental das populações quilombolas, indígenas e ribeirinhas, e vem aprofundando esse debate no Congresso Nacional, através da liderança da Deputada Jack Rocha (PT-ES), que coordena o eixo de trabalho sobre relações étnicas e raciais, e com a parceria da Frente Nacional de Negras e Negros da Saúde Mental (FENNASM), que compõe o nosso Conselho Consultivo. Combater a escala 6x1 é também combater o racismo estrutural e reafirmar o compromisso da nossa Frente com a dignidade humana.

Editorial



Ouçã em "O Assunto"

O episódio do *podcast* [O Assunto #1350](#) traz o debate sobre a questão da saúde mental da população negra em uma conversa com Cida Bento, autora do livro "Pacto da Branquitude", e Thiago André, criador do *podcast* História Preta, que analisam os fatores raciais e sociais que afetam a saúde mental da população negra. Vale a pena conferir!

Coluna de cara nova



A coluna "Fala, Conselheiro", inaugurada em novembro, terá o nome alterado para "Diálogos FPSM". A mudança é realizada para que o espaço possa abrigar colaborações de outras pessoas engajadas com a causa da Saúde Mental, sem restringi-lo ao Conselho Consultivo da Frente da Saúde Mental.



Diálogos FPSM

Por deputada Jack Rocha (PT/ES)

Coordenadora do eixo de Relações
Étnicas e Raciais da FPSM



"Estudos mostram que jovens negros enfrentam maior risco de desenvolver transtornos psicológicos devido ao racismo estrutural". Foto: Canva

A luta pela saúde mental é um dos pilares fundamentais da luta antirracista. Estudos mostram que jovens negros enfrentam maior risco de desenvolver transtornos psicológicos e emocionais devido às múltiplas formas de violência do racismo estrutural, às desigualdades no acesso a trabalho digno e moradia, e ao impacto de questões como o uso indiscriminado de substâncias químicas e o vício em jogos de aposta.

Esses desafios são agravados pela falta de serviços de saúde mental que considerem as especificidades da vivência negra. Vale destacar que quase 80% da população brasileira que depende do Sistema Único de Saúde (SUS) se autodeclara negra, além de que, dos mais de 4 milhões de trabalhadores da área da saúde no país, 83% são mulheres, e 52% são mulheres negras. Esses números reforçam a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade racial e garantam um atendimento de qualidade.

Neste Novembro Negro, ressaltamos o papel essencial do SUS e das atuais iniciativas do Ministério da Saúde que buscam acolher a população negra em sua diversidade. Saúde mental é um direito, e o compromisso com a equidade precisa se traduzir em ações concretas que promovam cuidado, acolhimento e a transformação de vidas

Aconteceu no Congresso



Clodoaldo Magalhães (PV/PE) e Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ). Fotos: Mario Agra/Câmara dos Deputados.

>>> Protocolado pelo Deputado Clodoaldo Magalhães (PV/PE), coordenador do eixo de saúde mental e atenção especializada da FPSM, o [PL nº 4479/2024](#) que dispõe sobre a obrigatoriedade de práticas de promoção de saúde mental e prevenção de transtornos psicológicos no ambiente de trabalho, tanto no setor público quanto no privado.

>>> Protocolado pelo Deputado Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ), coordenador do eixo de fiscalização da FPSM, o Requerimento [REQ nº 193/2024 CLP](#) para a realização do Seminário: Os impactos escala na 6/1 na saúde mental dos trabalhadores, no âmbito da Comissão de Legislação Participativa.

>>> Protocolado pelo Deputado Messias Donato (REPUBLIC/ES), o Requerimento de Audiência Pública [REQ nº 241/2024](#) para debater o aditamento ao Requerimento no 212/2024 da Comissão de Saúde para inclusão da Avaaz na Audiência Pública com objetivo de debater os efeitos e o aumento dos casos de dependência de jogos de apostas eletrônicas, conhecidos como "bets".

>>> Protocolado pelo Deputado Dorinaldo Malafaia (PDT/AP), o Requerimento de Audiência Pública [REQ nº 240/2024](#) para debater acerca da saúde mental da população, questões relevantes sobre o bem-estar psicológico.

>>> Protocolado pela Deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS), o [PL nº 4226/2024](#) que altera a Lei no 8.080, de 19 de outubro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de atendimento diferenciado e protocolos de acolhimento às mães em situação de natimorto ou óbito fetal.

Aconteceu no Congresso



A deputada *Silvia Waiãpi (PL/AP)* apresentou PL para destinação de recursos para ações de saúde mental para agentes de segurança de fronteira. Foto: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso

>>> Protocolado pela Deputada *Silvia Waiãpi (PL/AP)*, o [PL nº 4212/2024](#) que aprova a destinação de 5% (cinco por cento) dos recursos do Fundo Amazônia para o desenvolvimento de programas de saúde mental destinados aos profissionais das forças de segurança e defesa atuantes nas fronteiras brasileiras, com ênfase nas regiões da Amazônia Legal, visando ao acolhimento, à prevenção de transtornos psicológicos e à promoção do bem-estar mental.

>>> Protocolado pela Deputada *Missionária Michele Collins (PP/PE)*, o [PL nº 4132/2024](#) que altera a Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências, para instituir a Campanha Nacional de Conscientização sobre a Depressão em Idosos.

>>> Protocolado pelo Deputado *Capitão Alberto Neto (PL/AM)*, o Requerimento de informações [RIC nº 4177/2024](#) solicitando da Ministra da Saúde, Senhora *Nisia Trindade*, informações acerca de pessoas “em situação de pobreza” com diagnóstico de ansiedade e depressão.

>>> Protocolado pelo Deputado *Yury do Paredão (MDB/CE)*, o [PL nº 4431/2024](#) que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de apostas informarem os usuários sobre os riscos associados aos jogos de azar, incluindo a dependência, os impactos financeiros e os danos à saúde mental, e estabelece outras medidas.

>>> Protocolado pelo Deputado *Ruy Carneiro (PODE/PB)*, o [PL nº 4583/2024](#) institui o Programa Nacional de Assistência Integral às Pessoas com Ludopatia.



ESTAMOS DE OLHO

>>> CFM emite **parecer** sobre a **Resolução CNJ nº 487/23**, que institui a Política Antimanicomial no âmbito do Poder Judiciário. A Resolução entrou em vigor em maio deste ano, e segundo parecer do Conselho Federal de Medicina (CFM), desampara o portador de doença mental que cometeu infração penal porque os estabelecimentos médicos comuns não dispõem de infraestrutura de segurança para garantir a incolumidade dessa população. Além disso, existem alguns possíveis conflitos éticos, como o decorrente do Art. 3º, VII, que prevê a proibição de métodos de contenção física, mecânica ou farmacológica de maneira desproporcional, além da restrição ao uso de eletroconvulsoterapia fora de protocolos específicos. A Câmara Técnica do CFM argumenta que tais limitações podem comprometer a autonomia médica, uma vez que a escolha dos métodos terapêuticos cabe ao médico, conforme previsto no Código de Ética Médica (CEM), Art. 32.

>>> O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) emitiu uma **nota técnica** com o objetivo de esclarecer as diferenças entre Comunidades Terapêuticas e Clínicas Especializadas em Dependência Química. A nota, que foi elaborada a partir de mesas de debate com diversos órgãos e instituições, visa orientar os usuários na escolha adequada do tratamento, evitando equívocos. O MDS destaca que ambos os equipamentos podem atuar de forma integrada nas políticas públicas sobre drogas, conforme a Lei nº 11.343/2006. As Comunidades Terapêuticas são organizações civis sem fins lucrativos que oferecem acolhimento residencial voluntário, em caráter extra-hospitalar, para pessoas com transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas. O foco reside na convivência orientada entre pares como ferramenta terapêutica para promover a reinserção social. Já as Clínicas Especializadas em Dependência Química são unidades médicas de saúde que realizam internação, voluntária ou involuntária, para tratamento de pessoas que fazem uso nocivo de álcool e outras drogas. A nota técnica detalha as diferenças entre esses serviços em relação à forma de ingresso, ambiente, atendimento, estrutura, corpo técnico e legislação.

A Frente por aí...



Sessão Especial com o tema "Saúde Mental no Brasil", realizada pela Alepa, em parceria com a Abrasme e a FPSM. Foto: Divulgação/Abrasme

>>> Por ocasião da realização do 9º Congresso Brasileiro de Saúde Mental em Belém-PA, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, por meio da Comissão de Direitos Humanos – CDH, presidida pelo Deputado Estadual Bordalo (PT-PA), em parceria com a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME) e a Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental, realizou no dia 14 de Novembro, uma Sessão Especial com o tema "Saúde Mental no Brasil" para dialogar e trocar experiências exitosas sobre políticas de acolhimento e cuidado em saúde mental desenvolvidas para fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial, como os Caps Fluviais no contexto amazônico, por exemplo. Estiveram presentes representantes de casas legislativas de diferentes regiões do país, entre os quais, Dep. Flavio Serafini (Psol-RJ), presidente Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental e Luta Antimanicomial; Dep. Camila Valadão (Psol-ES), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental e da Luta Antimanicomial e Dep. Ana Júlia Ribeiro (PT/PR), Frente Parlamentar de Proteção à Saúde Mental. Além dos parlamentares, participaram da sessão representantes do Governo Federal, João Mendes Lima Júnior da Coordenação-Geral de Desinstitucionalização e Direitos Humanos da Rede de Saúde Mental do Ministério da Saúde, entre outras autoridades. O objetivo da sessão foi dialogar sobre conquistas e desafios a partir da pluralidade de experiências desenvolvidas em diferentes regiões do Brasil e aprofundar temas ainda pouco explorados sob a perspectiva da saúde mental em nível nacional, estadual e municipal.

A Frente por aí...



Roda de Conversa (R35), no eixo temático sobre Democracia, Participação Social e Movimentos Sociais, realizada durante o 9º Congresso da Abrasme. Foto: Divulgação/Abrasme

>>> Anualmente a ABRASME realiza seu encontro nacional, cujo principal objetivo é aglutinar os atores do campo do cuidado em saúde mental, promovendo debates e articulações para a incidência de construção de políticas públicas. Esse ano, o **9º Congresso Brasileiro de Saúde Mental** ocorreu entre os dias 15 a 17 de novembro na cidade de Belém - Pará. A escolha do tema "Potências do Bem Viver: ancestralidade, diversidade e sustentabilidade" visou traduzir os desafios atuais do campo da saúde mental ao ampliar a noção de bem-estar para além da ausência dos sintomas e das práticas de cuidado desenvolvidas nos serviços da rede de atenção psicossocial. Nessa oportunidade, os representantes do IEPS, Filipe Asth e Dayana Rosa, apresentaram a metodologia de construção da Agenda Legislativa 2023/2024 e o trabalho da secretaria executiva da FPSM, realizado pela instituição que também compõe o Conselho Consultivo, na Roda de Conversa (R35), no eixo temático sobre Democracia, Participação Social e Movimentos Sociais, que ocorreu no dia 16, das 13h às 15h, na Universidade da Amazônia - UNAMA, com a seguinte **programação**.

Saúde Mental em Pauta



Seminário de Desinstitucionalização. Foto: Divulgação/Ministério da Saúde

>>> São Paulo sediou, entre os dias 7 e 8 de novembro, o **Seminário de Desinstitucionalização** de Pessoas com Problemas de Saúde Mental em Conflito com a Lei. O evento foi promovido pelo Departamento de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, e reuniu cerca de 400 participantes, incluindo especialistas, gestores públicos, trabalhadores e representantes de diversas instituições. Parte de uma estratégia de qualificação dos trabalhadores da saúde e da assistência social, a finalidade do encontro foi refletir sobre os desafios da desinstitucionalização e estabelecer aproximações entre o sistema de justiça, o SUS e o SUAS, aprimorar as políticas públicas e fortalecer o cuidado em saúde mental na interface entre saúde e assistência social.

>>> A Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública no dia 14 de novembro, para debater sobre neurociências e saúde mental no contexto da Cúpula Social do G20. A iniciativa, proposta pelos deputados Dr. Francisco (PT/PI), coordenador do eixo de saúde mental e trabalho da FPSM, e Luiz Couto (PT/PB), teve como objetivo discutir propostas incluídas na pauta do G20 Social, que ocorreu de 15 a 17 de novembro no Rio de Janeiro. Entre os temas abordados estão a ampliação da participação de atores não-governamentais, a criação de uma aliança global para a saúde mental, a promoção de consórcios de pesquisa, a harmonização de políticas globais, e a avaliação do impacto do controle e prevenção de doenças na economia.

Saúde Mental em Pauta

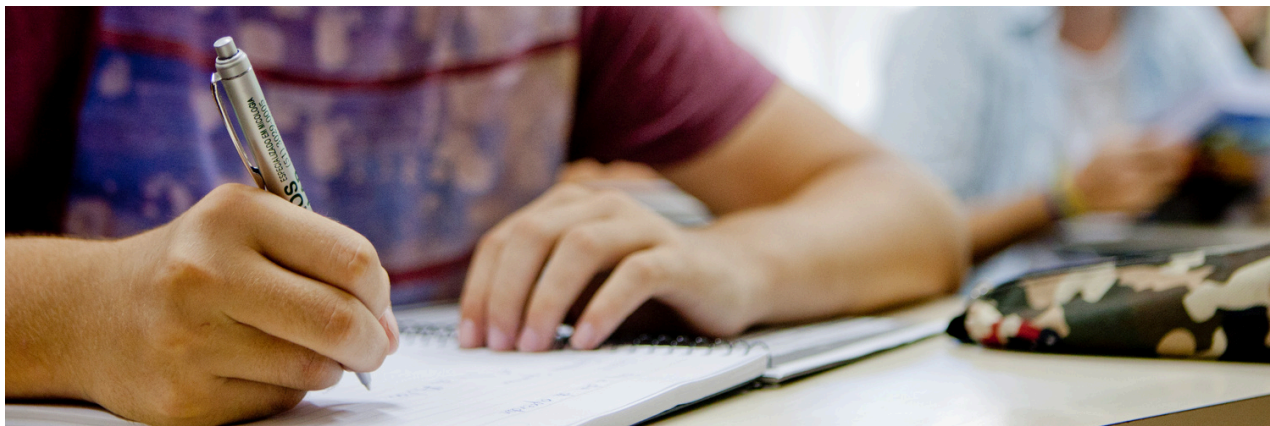


Imagem do I Seminário Nacional do Projeto Nós da Rede. Foto: Divulgação/Ministério da Saúde

>>> O Ministério da Saúde, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz Brasília), **lançou**, entre os dias 26 e 27 de novembro, o projeto Nós na Rede durante o **I Seminário Nacional do Projeto Nós na Rede**. O projeto visa qualificar 42 mil profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) do Sistema Único de Saúde (SUS) para melhorar o cuidado de pessoas em sofrimento mental. O evento também incluiu a formação de mobilizadores estaduais e contou com a presença de representantes da Saúde Mental, Atenção Primária à Saúde e Escolas de Saúde Pública. A secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Isabela Pinto, destacou a importância do projeto para fortalecer a política de saúde mental através da educação permanente. O curso, que começará em maio de 2025, terá uma carga horária de 120 horas e abrangerá quatro unidades principais: atenção psicossocial e cuidado em liberdade, acolhimento de pessoas com problemas de saúde mental em conflito com a lei, atenção a usuários de álcool e outras drogas, e estratégias de cuidado e cooperação no território. O objetivo é valorizar as estratégias já existentes e fortalecer a Raps para a redução de danos e melhoria do cuidado em liberdade.

>>> No dia 18 de novembro, o Senado Federal realizou uma **audiência pública** para debater os impactos do uso de aparelhos celulares por crianças e adolescentes nas escolas. A discussão foi promovida pela Comissão de Educação e Cultura, com base em uma proposta do Ministério da Educação (MEC) para restringir o uso desses dispositivos em salas de aula. Especialistas, gestores escolares, representantes do MEC e parlamentares compartilharam suas experiências e perspectivas sobre o tema, levantando questões sobre educação, saúde pública e o papel da família.

Saúde Mental em Pauta



Em novembro, o Instituto Cactus lançou o “Mapeamento de Práticas de Saúde Mental nas Escolas”. Foto: Gustavo Gargioni/Governo do Estado do Rio Grande do Sul

>>> No dia 20 de novembro, aconteceu o **lançamento** do **Mapeamento de Práticas de Saúde Mental nas Escolas**, realizado pelo Instituto Cactus, membro do Conselho Consultivo da FPSM, em parceria com o Vozes da Educação, que buscou identificar, sistematizar e difundir práticas de promoção de saúde mental implementadas em redes municipais e estaduais de educação no Brasil.

>>> No dia 11 de novembro, foi realizada pela CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas no Senado, **audiência pública** que abordou a problemática da ludopatia no Brasil, com foco no impacto social e na saúde mental da população. O debate evidenciou o crescimento das apostas online, impulsionado pela publicidade massiva e fácil acesso via Pix, que foi apontado como um dos principais fatores que contribuem para o aumento de casos de vício em jogos. Dados do Banco Central revelaram a movimentação de R\$ 166 bilhões para casas de apostas através do Pix, apenas nos primeiros oito meses de 2024, evidenciando a magnitude do problema e o direcionamento de recursos, inclusive do Bolsa Família, para as bets. A necessidade de uma regulamentação rigorosa ou, até mesmo, a proibição das apostas esportivas no Brasil, foi um ponto central da discussão. A criação de uma agência nacional para os jogos de azar, com a participação de especialistas de diversas áreas, foi proposta como uma medida crucial para a implementação de políticas eficazes de regulamentação e combate ao vício.

Saúde Mental em Pauta



RADAR FPSM

Saúde Mental no trabalho

>>> **Folha de S. Paulo**: Empresas terão que avaliar riscos à saúde mental dos trabalhadores; veja o que muda em 2025. Ministério do Trabalho e Emprego exige que empregadores desenvolvam um plano de ação para controle dos riscos à saúde psicossocial até maio do ano que vem.

>>> **Conjur**: ARTIGO: avanço dos transtornos mentais nas relações de trabalho: uma análise à luz de Byung-Chul Han.

>>> **TV Brasil**: Afastamentos por *burnout* cresceram mais de dez vezes na última década.

>>> **Valor Econômico**: Mais da metade dos profissionais sente ansiedade e falta de disposição, diz pesquisa. Estudo exclusivo com 10,3 mil funcionários de 220 empresas no Brasil reforça a necessidade de adaptar os programas de bem-estar às demandas das equipes.

>>> **Diário do Comércio**: Ansiedade é a terceira causa de afastamento no trabalho. De outubro de 2023 a setembro de 2024, foram mais de 128 mil benefícios por incapacidade, por conta de transtorno de ansiedade e transtorno de pânico.

Saúde Mental em Pauta



RADAR FPSM

Saúde Mental no trabalho

>>> **Contábeis**: Ansiedade e depressão afetam 43% dos trabalhadores. Estudo internacional revela que a falta de poupança e alta prevalência de doenças físicas e mentais entre os trabalhadores representam desafios urgentes para empresas e governos.

>>> **Valor Econômico**: Satisfação com a promoção da saúde mental nas empresas tem índice negativo. Pesquisa mediu o NPS desse quesito e chegou a número preocupante. Levantamento também mostrou que 40% das pessoas afirmam perceber o trabalho como fonte significativa de estresse e desgaste mental.

>>> **Jota**: O papel das empresas com a saúde mental. Normas buscam ampliar discussões sobre a saúde mental no trabalho e requerem resposta proativa das organizações.



QUEREMOS TE OUVIR

Gostaria de sugerir alguma publicação?

Escreva para frentedasaudemental@gmail.com

Nos acompanhe no site e pelas redes sociais

frentedasaudemental.com.br

[@frentedasaudemental](https://www.instagram.com/frentedasaudemental)

frentedasaudemental@gmail.com

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

Secretaria Executiva da FPSM

 ieps.org.br

 [@iepsocial](https://www.instagram.com/iepsocial)